

ROMANOS NO ALENTEJO

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra

Nota prévia

Como acontece em praticamente toda a Grande Lisboa, também Almada detém uma comunidade de alentejanos, que para ali vieram sobretudo a partir de meados do século XX e aí ganharam raízes, nunca descurando, porém, a sua íntima ligação ao torrão natal. Foi a pensar nessa comunidade que o Pólo/Núcleo do Laranjeiro da Universidade Sénior de Almada (USALMA), pensou em organizar, de Outubro de 2006 a Junho de 2007, um Ciclo de Conferências/Colóquios sobre a História e a Cultura do Alentejo, integrado nas actividades da sua Área de Estudos sobre o Alentejo.

Os objectivos a atingir eram os seguintes (cito a documentação que me foi então apresentada):

- divulgar/debater aspectos da história e cultura do Alentejo;
- estabelecer contactos com recursos humanos (investigadores, professores, agentes culturais, criadores e divulgadores da história e cultura do Alentejo), com vista à sua participação em futuras acções a desenvolver no âmbito da “Área de Estudos sobre o Alentejo”, da USALMA;
- dar a conhecer a “Área de Estudos sobre o Alentejo” e motivar para a participação nas suas acções futuras;
- contribuir para o surgimento de parcerias com entidades/instituições interessadas neste projecto;
- publicar/editar a conferência ou material de suporte utilizado nas acções, de acordo com a vontade e o interesse dos conferencistas/participantes.

Debateram-se, entre outros temas, a Arte Rupestre no Alentejo (Dr. António Martinho Baptista), a Arqueologia do Alqueva (Dr. Jorge Raposo), o passado e o futuro da Reforma Agrária no Alentejo (Eng. António Murteira), o espólio artístico alentejano datável do Renascimento e do Maneirismo (Doutor Vítor Serrão)...

Atingiram-se os objectivos fixados; contudo, também pela dificuldade dos oradores em passarem depois a escrito os temas que haviam abordado, acabou por não se proceder à publicação.

Tive oportunidade de integrar, a 8 de Fevereiro de 2007, os palestrantes desse bem oportuno ciclo, com a apresentação de uma leve, mui sumária e despretensiosa síntese acerca dos vestígios da presença romana no território hoje alentejano. E preparei o texto para eventual publicação de divulgação, como se planeara. Não se cumpriu tal desiderato e, por isso, ousou agora disponibilizar, singelamente, o resultado dessa preparação, para o caso de algum préstimo poder ter, como síntese, que é, de uma temática passível de ser apresentada de mil e uma maneiras. Nada se traz, pois, de novo – porque também essa não era a intenção dos organizadores; mas, se não for de todo inútil, dar-me-ei por satisfeito.

Introdução

Pensado, de modo particular, em função da inúmera ‘colónia’ alentejana que, desde finais da década de 40 se fixou na (hoje) Grande Lisboa, numa e noutra margem do Tejo, nomeadamente no concelho de Almada, este ciclo de conferências permitiu a apresentação de sínteses acerca do que a investigação científica logrou concluir nos mais diversos domínios do saber.

«Romanos no Alentejo» assim se deve, pois, entender: uma reflexão selectiva, eivada – como não podia deixar de ser – do subjectivismo próprio da óptica do “seleccionador” e que é credora dos contributos da sua própria investigação e, também, da investigação alheia.

Moldado, pois, em jeito de ensaio, vai dispensar referências bibliográficas, não escondendo, porém, quanto as considerações que se seguem radicam na pesquisa feita com vista à elaboração da minha dissertação de doutoramento, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização* (Coimbra, 1984), e em análises complementares subsequentes assim como na experiência adquirida aquando das campanhas de escavação na *villa* romana de S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), em que participei de 1979 a 1984.

Em traços gerais, depois de um relance histórico, dir-se-á da organização política nessa época; visitar-se-ão algumas cidades romanas; falar-se-á dos antecedentes do monte alentejano e espreitar-se-á a vida nas minas; e gostaremos de saber de deuses, de credices, das pessoas: que antepassados, afinal, tivemos, há 2000 anos atrás?

Uma pesquisa, note-se, que nunca se pode dar por terminada: o que hoje nos parece uma certeza insofismável pode, amanhã, ser validamente contestado, por novos documentos se haverem encontrado.

As fontes

Para se conhecer o que foi a vida em terras alentejanas durante a época romana, há que interrogar as fontes.

Dispomos de fontes históricas: os livros que, na época, escreveram historiadores e geógrafos, dando conta do que ia sendo a expansão do povo romano pela Europa fora; os povos com que entraram em contacto, as características das terras que iam encontrando... São, porém, fontes que a esta zona, na ponta ocidental desse Império, se referem de uma forma vaga, nem sempre exacta, porque não baseada em conhecimentos concretos no terreno, como hoje se diria.

Sabemos, por exemplo, que um itinerário – o chamado *Itinerário de Antonino* – refere as cidades e as distâncias que entre si medeiam. Os investigadores têm-se debruçado sobre esse interessante documento, cotejando-o com os elementos que vão encontrando, designadamente na tentativa de identificarem algumas cidades cujo nome romano ainda permanece em dúvida. É o caso de *Abelterium*, que poderá ser Alter do Chão; mas não há sobre isso uma certeza.

Por conseguinte, são os achados arqueológicos, quer casuais quer resultado de escavações ou sondagens intencionais, que nos disponibilizam o acervo maior da documentação. As modernas técnicas da fotografia aérea e por satélite e dos Sistemas de Informação Geográfica constituem meios imprescindíveis de detecção de novos sítios arqueológicos e da sua extensão e características

As moedas – que a ciência numismática estuda – constituem outro relevante dado a considerar. Não tanto pelo seu eventual valor económico – que habitualmente até nem têm – mas devido ao contexto em que se inserem e, sobretudo, porque, tal como acontece na actualidade, têm dizeres (a publicarem a ideologia dominante...) e apresentam efígies de personagens (como a do imperador que as mandou cunhar). Assim, se o imperador Aureliano se identifica, no reverso de uma das suas moedas, como *ORIENS AVG(ustus)*, «Oriente Augusto», e com um dos pés (qual divindade, Sol Nascente, criador, fonte de Vida...) pisa um prisioneiro, isso é manifestação de poder e do desejo de ser divinalmente comparado ao astro-rei (**Fig. 1**).

Podem achar-se moedas em três contextos: dispersas por aqui e por ali, resultantes, conseqüentemente, do facto de terem sido ocasionalmente perdidas; inseridas numa sepultura, como paga a dar ao barqueiro Caronte para levar o espírito de uma margem para a outra, no Além; e em conjuntos, a que vulgarmente damos o nome de «tesouros», pois se parte do princípio de que resultam do amear de poupanças; escondidos no buraco de uma parede ou num vaso cerâmico («o pote das libras», como o Povo diz), acabaram por ser esquecidos pelos descendentes do seu proprietário e, assim, chegaram praticamente intactos aos nossos dias. Note-se que, por maiores que sejam esses tesouros, importa não deixar que sejam desmembrados antes de se fazer a identificação de todas as moedas; compreende-se porquê: porque, para o historiador, interessa saber qual a moeda mais antiga e qual a mais recente, pois, assim, fica-se a conhecer o período em que o tesouro se foi constituindo: desde quando e até quando. E isso é uma boa ajuda para datar o contexto arqueológico em que foi encontrado.

Para além da Arqueologia e da Numismática, outra ciência desempenha papel importante no que concerne ao estudo da Antiguidade: é a Epigrafia. Ciência que estuda as inscrições feitas em material duradouro (caso da pedra e do metal), serve-se dessas poucas palavras, desses formulários amiúde quase estereotipados, para dar a conhecer os nomes das pessoas que as mandaram lavar. Palavras certas, pensadas, sintéticas, com vista a perpetuar uma imagem, uma mensagem para o futuro. Daí o seu especial interesse. Veja-se, a título de exemplo, uma placa funerária da região de Elvas, que reza assim (**Fig. 2**):

AQUI JAZ COMÍNIA AVITA, FILHA DE MARCO,
DE 9 ANOS.

ROGO-TE, Ó TU QUE PASSAS, QUE DIGAS:

«QUE A TERRA TE SEJA LEVE!»

MARCO COMÍNIO CLEMENTE

VÍBIA AVITA, FILHA DE MARCO,

MANDARAM FAZER PARA A FILHA.

Todo um mundo de ternura, toda uma ideologia religiosa que daqui obviamente se desprende, na dor de uma perda querida!...

Breve relance histórico

Desde o século II antes de Cristo que os povos indígenas do Sul de Portugal começaram a ouvir falar de Romanos e a sentir as suas arremetidas com vista a

apoderarem-se do território. E se as lutas dos Lusitanos de Viriato poderão ter ocorrido sobretudo mais para norte do Tejo e nos campos da actual Extremadura espanhola, as guerras civis em que Sertório se envolveu já abrangeram terras meridionais, assim como, já na segunda metade do século I a. C., os conflitos que opuseram César e Pompeu, ambos os generais dispendo de adeptos nos centros urbanos entretanto organizados. Não tem consistência histórica a informação de que Sertório teria assentado em Évora o seu quartel-general, Trata-se de uma invenção criada pelo eborense André de Resende, a quem, como renascentista que era, interessava ligar a sua cidade natal a feitos ilustres de antanho, ele próprio, por isso mesmo, forjando inscrições que tal importância vinham ‘incontestavelmente’ documentar. Já o mesmo se não passa com as campanhas de César contra os partidários de Pompeu, historicamente documentadas, de tal modo que ainda hoje se discute – e é discussão sem fim à vista... – se terá sido ele ou o seu filho adoptivo, Augusto, o primeiro imperador, quem fundou a colónia de *Pax Iulia* (Beja) e a cidade de Évora (*Liberalitas Iulia Eborae*).

Cedo os Romanos se terão apercebido do interesse económico das terras de além-Tejo, quer do ponto de vista agrícola quer no domínio da exploração mineira.

Organização política

A divisão administrativa peninsular em *Hispania Citerior* (a norte e leste) e *Hispania Ulterior* teve, pois, de dar lugar, para melhor orgânica se obter, a uma divisão tripartida, cindindo em duas a *Ulterior*: dum lado, a Bética, do outro a Lusitânia, cujo limite era, a norte, o rio Douro.

Diga-se, todavia, desde já, que esta divisão “não se vê no chão” e que, portanto, os limites entre a Lusitânia e a Bética, por exemplo, continuarão a discutir-se: será que as terras para cá do rio Guadiana pertenciam à Bética ou à Lusitânia?

Dentro de cada província – e a Lusitânia terá sido criada ao tempo do imperador Augusto, com a capital em Mérida (*Emerita Augusta*) – havia os *conventus*, circunscrições administrativas dotadas de órgãos próprios. O Alentejo estava enquadrado no *conventus Pacensis*, assim designado por ter a sua capital em *Pax Iulia*. Mas também aqui as discussões não cessam, dado que, por mais critérios que se adoptem e por mais objectivos que eles pareçam, sempre se ficará com a dúvida acerca da zona por onde passaria então a fronteira deste *conventus* com o que lhe ficava a nascente, o de *Emerita*. Sabe-se pelos livros que a colonização de Mérida,

ou seja, o estabelecimento de colonos no seu território, começou primeiro pelas terras mais afastadas da cidade; sabe-se que, no actual concelho de Monforte, por exemplo, se encontraram inscrições referentes a indivíduos que se dizem inscritos na tribo Papíria, que foi o ‘grupo administrativo’ (digamos assim) em que Augusto incluiu Mérida; mas... será essa uma prova convincente? Utilizaremos também aqui o Guadiana como fronteira? E que se dirá do Nordeste alentejano, por onde o Guadiana não passa? Enfim, tal como hoje nos interrogamos se Barrancos é mais portuguesa que espanhola e Olivença mais espanhola que portuguesa, temos uma convicção: as fronteiras no quotidiano não existem, são traçadas meramente para efeitos políticos e administrativos, não para a vida da população...

Algumas cidades

Falámos de Évora. Dela temos a certeza do nome, designadamente por, no decorrer de escavações no seu núcleo urbano, se ter achado um pedaço de canalização de chumbo (**Fig. 3**) com a ‘marca’ da cidade – LIB(*eralitas*) · IVL(*ia*) – tal como, na actualidade, nas tampas do saneamento básico estão consignadas as siglas dos Serviços Municipalizados ou da Câmara Municipal.

De Évora muito se descobriu nos últimos anos, embora o templo seja, sem dúvida, o seu ex-líbris. Sabe-se que a atribuição ao culto da deusa Diana não passa da fantasia de um escritor antigo (que, aliás, o indicou em termos de mera hipótese e foi, depois, considerado verdadeiro) e se perfilha, quase por unanimidade dos investigadores, a ideia de que se trata do principal templo da praça pública da cidade (do fórum), dedicado ao culto do deus maior dos Romanos, Júpiter, quiçá na sua invocação de Ótimo e Máximo. Essa atribuição, que recentemente ganhou foros de muita credibilidade, não invalida que aí também se venerasse o espírito divino de que o imperador se dizia revestido, para melhor poder governar (a religião ao serviço do poder político...).

Era um templo majestoso, rodeado de espelhos de água, que, por as suas colunas terem sido aproveitadas, sem deslocação do sítio original, em outras construções ao longo dos tempos (aí até funcionou um matadouro!...), chegaram assim aos nossos dias.

Sob os actuais Paços do Concelho se encontrou um grande edifício (**Fig. 4**) destinado a banhos públicos, que os Romanos muito prezavam: era nas termas que conviviam, que planeavam negócios, trocavam impressões sobre a política...

Importa acrescentar que Évora romana conta com o maior número, até agora registado, de testemunhos de famílias pertencentes ao 'estrato' superior da sociedade romana: os senadores. Da *villa* romana de Tourega procede uma grande placa epigrafada que recorda o pai e dois filhos da família Júlia, falecidos ainda no princípio da sua carreira senatorial; um magnífico altar funerário, que se mostra no Museu da cidade (**Fig. 5**), celebra as famílias Canídia e Catínia...

E se de Évora sabemos que, antes dos Romanos, se chamava *Ebora* e a esse nome o seu fundador acrescentou *Liberalitas Iulia*, para louvor da sua liberalidade, o certo é que da povoação que antecedeu a criação da colónia de *Pax Iulia* se perdeu a designação indígena. Não há dúvidas agora, pelos monumentos encontrados e, de modo especial, pelas inscrições de carácter publico que aí se descobriram, que a romana *Pax Iulia* se localiza no aglomerado urbano que hoje é Beja, passada que está a ampla discussão de há muitas décadas atrás, de que *Pax Iulia* era Badajoz.

Um dos seus documentos mais elucidativos é a placa que se mostra ao cimo das escadas dos Paços do Concelho: dedicou-a, «por decreto dos decuriões», a Colónia de *Pax Iulia*, sendo duúnviro, ou seja, seus magistrados principais, Quinto Petrónio Materno e Gaio Júlio Juliano (**Fig. 6**). O texto latino é como segue:

L AELIO AVRELIO
COMMODO
IMP CAES T AELI HA
DRIANI ANTONI
NI AVG PII PP FILIO
COL PAX IVLIA
D D
Q. PETRONIO MATERNO
C. IVLIO IVLIANO
IIVIR

Beja tem o benefício e, simultaneamente, o problema de todos os centros urbanos que se desenvolvem sobre centros urbanos anteriores existentes no mesmo local: vai-se construindo por cima, reaproveitando inclusive materiais arquitectónicos nas novas construções. Por isso, qualquer intervenção no subsolo ou mesmo nas casas

antigas da cidade deve ser acompanhada por arqueólogos: de certeza que algo se vai encontrar, a permitir saber mais um pouco do passado romano da cidade.

Alcácer do Sal é uma dessas cidades litorais de importância primordial desde as mais recuadas eras. Há no seu aro vestígios da presença fenícia; as suas moedas mostram uma escrita anterior ao uso do Latim (com a legenda que alguns lêem *Bevipo*, como nome do burgo de então); a sua fundação em tempo de Romanos remonta, de certeza, à época republicana. Chamou-se-lhe *Salacia imperatoria urbs*, como se de uma cidade imperial se tratasse – e, nesse âmbito, ainda há aspectos por esclarecer. Como porto fluvial por onde escoavam produtos vindos do interior e aonde chegavam importações; como relevante zona de fabrico de preparados de peixe (o famoso *garum*, condimento apetecido feito a partir das vísceras piscícolas) e de fornos cerâmicos – *Salacia* conheceu, desde cedo, um desenvolvimento económico notável e uma supremacia política a considerar. Na verdade, sabemos que, logo no ano 5 (ou 4) antes de Cristo, um dos seus habitantes, de nome ainda indígena, Vicano, filho de Búcio, consagrou um templo em honra do imperador Augusto. Flávia Rufina, natural de Mérida, sacerdotisa do culto imperial (flamínia) quer a nível municipal (da colónia de Mérida e do município salaciense) quer provincial (foi flamínia da Lusitânia), manda erigir, decerto em acção de graças e para mostrar a sua dedicação ao poder central, um imponente cipo, bem decorado, a Júpiter Ótimo Máximo, segundo tudo leva a crer em São João das Arranhas, local de culto ainda hoje frequentado pela população. Um dos membros da família Pórcia foi, a determinado momento do século I, eleito duúnviro e flâmine dos imperadores divinizados; os seus bons serviços em prol das gentes salacienses valeram-lhe homenagem solene, consignada em bonita inscrição, onde – para ainda mais se enaltecer – ele próprio manda escrever que, «contente com a honra, pagou de seu próprio bolso as despesas» a ela inerentes (**Fig. 7**).

De Alcácer um dos achados recentes mais invulgares foi feito pelo saudoso Dr. João Carlos Lázaro Faria, repentinamente falecido ainda na flor da idade, em 2006, arqueólogo e vereador municipal. Trata-se de uma placa de chumbo que se destinava a ser colocada em lugar secreto e sagrado para que os deuses dessem andamento ao pedido exarado nessa maldição. Reza o seguinte:

*Ó Senhora Mégara Invicta!
Tu, que recebeste o corpo de Átis,*

*digna-te receber o corpo daquele que levou as minhas bagagens,
que me roubou da casa de Hispano.
Ofereço-te como dádiva o corpo e a alma dele,
para que eu encontre os meus haveres.
Eu te prometo de presente como vítima
este quadrúpede, Átis, se, como é de justiça, eu os encontrar.
Rogo-te, ó Senhor Átis, pelo teu Nocturno,
que faças com que eu os possua quanto antes.*

Todo um mundo de sugestões!...

Passando-nos para o lado oposto, encontramos, no Nordeste, a cidade de *Ammaia*, sita – sabe-se hoje com certeza, devido às escavações sistemáticas que lá se têm efectuado – em S. Salvador de Aramenha, no concelho de Marvão (**Fig. 8**). Foi posto a descoberto o fórum e seus principais edifícios (o templo, por exemplo) e uma inscrição mostra que, no ano 46, a *civitas Ammaiensis* homenageou oficialmente o imperador Cláudio, *ex voto annuo*, ou seja, porque a isso se obrigara anualmente devido a promessa feita, sendo legado imperial Lúcio Calvêncio Véter Carmínio.

A villa, ‘antecedente’ do monte alentejano

Algo que muito vem entusiasmando os investigadores é a frequente identificação de *villae*, isto é, de unidades de povoamento e produção muito semelhantes ao que se conhece da estrutura do monte alentejano.

Na verdade, há uma *pars urbana*, «zona urbana», com a (geralmente bem luxuosa e pavimentada a mosaicos...) casa senhorial (a *domus*) e as respectivas termas (**Fig. 9**); uma *pars rustica*, onde se situa o celeiro, o lagar, as dependências para as alfaias agrícolas, a que se acopla, habitualmente, a área de residência da criadagem, que é hábito incluir no rol dos escravos, ainda que tal não se possa inteiramente garantir.

São inúmeras as *villae* já descobertas.

Em Alter do Chão, a de Ferragial d’El-Rei foi alvo de escavações há algumas décadas atrás e ora está de novo a ser escavada por iniciativa camarária, com excelentes resultados: «Encontrámos na *domus* que estamos a escavar alguns fragmentos de estatuária, nomeadamente a cabeça de uma criança e também uma mão de mármore; além disso, colocámos parcialmente a descoberto um mosaico com uma figura humana, na qual se pode ver um pé com uma sandália e uma perna; tem

tesselas bordô, verdes e azuis feitas de pasta vítrea», escrevia-me o arqueólogo responsável, Jorge António, a 1 de Novembro de 2007.

Da Herdade de Torre de Palma (Vaiamonte, Monforte), são célebres os mosaicos com representação de cavalos, dando ideia de que o proprietário deles era grande criador, por ter orgulho nalguns deles, possíveis vencedores. Podem ver-se, além disso, o lagar (**Fig. 10**), as termas...

Da *villa* romana de Torre de Palma (Monforte) é muito conhecido o mosaico (**Fig. 11**) com o friso das nove musas, sob o qual vem a legenda

SCOPA ASPRA TESSELLAM LEDERE NOLI. VTERI F(*eliciter*)

que significa «Não queiras estragar o mosaico com uma vassoura áspera. Usa-o com felicidade!» – frase bem sintomática da vontade dos proprietários de ali também eles viverem felizes...

Uma das *villae* mais sistematicamente escavada é a, já referida, de S. Cucufate (Vila de Frades), dotada já de um Centro de Interpretação, para melhor esclarecimento dos visitantes. Nela se identificaram três níveis de ocupação, desde o século I ao século IV, a demonstrar quanto os sucessivos donos apreciaram o local, abrigado, verdejante, dotado de boas nascentes... Aliás, a moradia senhorial tem dois pisos, sendo o superior, donde se aprecia soberbo panorama até aos campos de Beja, o da residência habitual; havia, em baixo, compartimentos abobadados para guardar os cereais e as alfaias. Amplas termas e refrescante espelho de água na frontaria do monumental edifício completavam o requinte. No lagar, identificaram-se ainda grainhas de uva, que, depois de analisadas, mostraram que já nesse recuado tempo ali se privilegiavam as castas que hoje perduram nas vinhas de Cuba, Alvito e Vidigueira.

As minas de Aljustrel

Não poderia deixar de aludir a um dos documentos mais interessantes do Portugal romano: as chamadas tábuas de bronze de Aljustrel, conhecidas por *Vipasca I* e *Vipasca II*, fragmentos de um regulamento mineiro, que porventura foi geral para todo o Império romano, mas de que, felizmente, em Portugal se encontraram, por acaso, no meio das lixeiras, partes deveras significativas, susceptíveis de nos permitir olhares indiscretos sobre o que seria o quotidiano numa aldeia mineira romana.

Trata-se de dois documentos diferentes, datáveis, mui provavelmente, de finais do século I, início do II da nossa era, e de cada um apenas nos restam uma ‘tábua’ de um conjunto que poderia englobar duas ou três.

Em *Vipasca I*, descoberta em 1876 entre as escórias de minério de cobre provenientes da mina de Algares e que integra o acervo museológico do actual Instituto Geológico e Mineiro (Lisboa), temos parte do regulamento da vida em comunidade: como se fazia o leilão dos diversos ofícios postos a concurso e a que regras devia obedecer o respectivo pregoeiro; as condições de utilização do balneário público; as normas do exercício de profissões como a do sapateiro, do barbeiro, do pisoeiro, dos negociantes de escórias e de pedra, do mestre-escola...

Vipasca II, também ela descoberta entre as escórias provenientes da mina dos Algares, mas em 1906, está no Museu Nacional de Arqueologia e é parte de um regulamento técnico, em que as normas de segurança, por um lado, e as cláusulas de índole fiscal, por outro, se revestem de grande modernidade e demonstram a preocupação do legislador em tudo convenientemente salvaguardar: as pessoas e... os bens! – porque daí advinham importantes receitas para o fisco...

As divindades

Não é possível falar das divindades veneradas pelo Romanos do Alentejo sem uma referência especial a um dos maiores santuários dedicados, na Península Ibérica, a uma divindade indígena: o do deus Endovélico.

Nos aglomerados urbanos, as divindades clássicas (Júpiter, Marte, Vénus, Esculápio...) foram, naturalmente, aquelas que mais concitaram a atenção dos fiéis, até porque interessava mostrar apego ao poder central. Nas áreas rurais, contudo, as divindades de tradição pré-romana não deixaram de ser veneradas; e Endovélico teve inúmeros devotos, que da sua devoção deixaram testemunho em mais de uma centena de inscrições, em Terena, concelho do Alandroal.

Inseriam-se os ritos religiosos no ramerrão da vida quotidiana e às divindades se recorria, como hoje, a agradecer benefícios ou a solicitar mezinha para doenças, maleitas e dificuldades. Sirva-nos de ilustração, para esse efeito, o altar mandado gravar por Trepto, escravo de Gaio Apuleio Silão, que se encontrou em Ervedal (concelho de Avis) – **Fig.12**. Consagra-o a uma divindade das águas, Fontano ou Fontana, «ob aquas inventas», isto é, «por ter encontrado água». Imaginamos que, para a agricultura prosperar e para a pecuária se desenvolver, urgia encontrar água;

Trepto invocou a divindade e, guiado pelos seus sobrenaturais conselhos, deu com a nascente desejada. Pôs-se-lhe, no entanto, um problema: quem o teria ajudado, uma divindade masculina (Fontano) ou uma divindade feminina (Fontana)? Na dúvida, optou por não gravar a última letra do teónimo: assim cada um entenderia como achasse melhor e... a divindade não se ralaria com isso! Aliás, não será mesmo verdade que as divindades não têm sexo e nós as podemos imaginar no ‘género’ que, no momento, mais adequado nos pareça?!...

Antepassados

São mais de sete centenas as inscrições romanas passíveis de nos dar informações acerca dos romanos do Alentejo. Sirva-nos agora como exemplo a placa de jazigo familiar que se encontrou na Herdade do Mateus, ainda por terras de Vaiamonte (**Fig. 13**).

Nela, ainda em vida, *Aquilia Cara*, filha de *Camulus*, manda gravar o epitáfio que servirá para seu marido, *P. Anonius Silo* (falecido aos 61 anos), e para si. Não se sabe com que idade *Aquilia Cara* terá falecido, pois que tendo tido o cuidado de mandar gravar, na última linha, o voto *sit vobis terra levis* («que a terra te seja leve!»), deixou (obviamente!...) em branco, na linha 3, a indicação da idade à data da morte e omitiu também a fórmula *hic sita est*, «aqui jaz» (longe fosse o agoiro!...). Contudo, filha de indígena como era – seu pai vem identificado apenas com um nome, Câmulo, o que é indício de ser um autóctone –, estava muito ciosa de que a posteridade soubesse que seu marido fora elevado à categoria de cidadão romano e, por isso, mandou gravar por extenso a tribo em que ele fora inscrito: a Quirina.

É pela análise da onomástica patente nestes documentos e pela forma como as personagens se identificam que os epigrafistas, dispondo do rol das famílias e dos nomes documentados na Lusitânia e por toda a Península Ibérica, procuram gizar um quadro das condições sociais, culturais e demográficas dessa época. No caso vertente, fica testemunhada a presença de duas famílias, a Anónia e a Aquília; por sinal de nenhuma delas existe, por enquanto, outro testemunho em terras alentejanas e até são escassos os similares no território da Península, o que nos pode induzir a pensar que estes indígenas romanizados estavam ligados a gentes que vieram de fora, aqui se radicaram e constituíram família numa coexistência próspera e pacífica entre a população pré-romana e os colonos recém-chegados.

Esta placa funerária pode, por conseguinte, constituir um símbolo! Há dois mil atrás, pelo Alentejo viveram pessoas que, como nós, trabalharam, amaram e, feita a viagem em comum, um deles transpôs o rio, deixando atrás de si uma lágrima de saudade – que a pedra imortalizou!



Fig. 1 – Moeda do imperador Aureliano (verso e reverso). Foto de G. Cardoso.

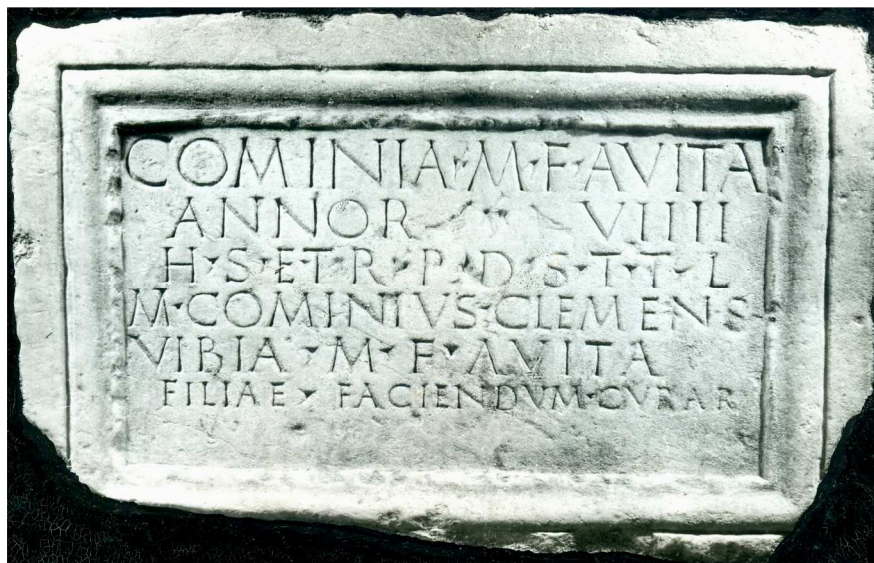


Fig. 2 – Epitáfio de uma criança. Museu de Elvas. Foto de G. Cardoso.



Fig. 3 – A marca da cidade romana de Évora, numa canalização: LIB·IVL. Foto: G. Cardoso.



Fig. 4 – Tanque das termas romanas de Évora.



Fig. 5 – Altar funerário de família senatorial de Évora.
Foto de Delfim Ferreira.

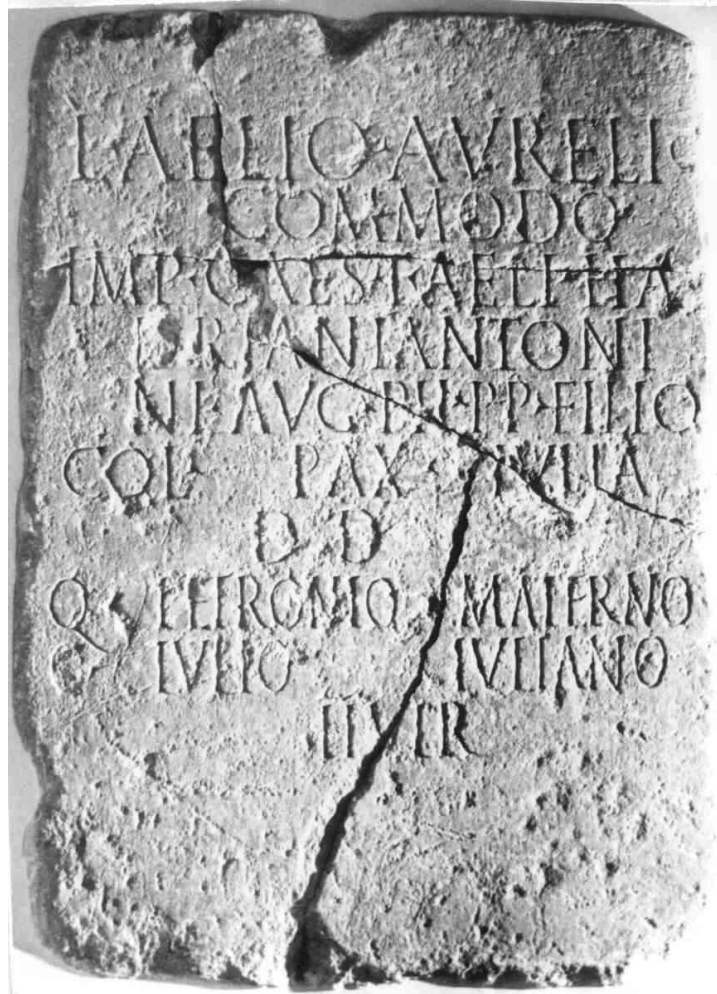


Fig. 6 – Dedicatória ao imperador Lúcio Vero feita pela colónia de *Pax Iulia*. Foto: Delfim Ferreira.

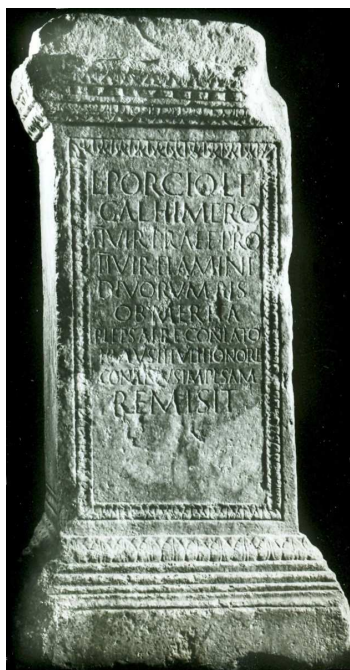


Fig. 7 – Homenagem a Lúcio Pórcio Himero, de Alcácer do Sal. Foto: Delfim Ferreira.



Fig. 8 – Panorâmica sobre o fórum de Ammaia (Marvão). Foto do autor.



Fig. 9 – Pormenor de umas termas de *villa*, em Alter do Chão (2005).
Foto do autor.



Fig. 10 – Peso de lagar, na *villa* de Torre de Palma (2005). Foto do autor.



Fig. 11 – Mosaico das Musas. *Villa* de Torre de Palma (Monforte).



Fig. 12 – Altar dedicado a Fontano ou Fontana.
Foto de Guilherme Cardoso.



Fig. 13 – Placa de jazigo de família procedente de Vaiamonte.
Foto de Guilherme Cardoso.